



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO**

MARIA JOANA DE ARAÚJO DO NASCIMENTO

**Dupla Excepcionalidade na Educação Inclusiva: Um Diálogo entre
Contribuições e Contradições da Literatura Acadêmica**

Rio de Janeiro

2025



MARIA JOANA DE ARAÚJO DO NASCIMENTO

**Dupla Excepcionalidade na Educação Inclusiva: Um Diálogo entre
Contribuições e Contradições da Literatura Acadêmica**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia. Área de concentração: Educação Especial.

Orientador: Prof. Dr. Allan Rocha
Damasceno

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por todo o apoio incondicional e incentivo durante minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui é o resultado de um longo caminho trilhado não apenas por mim, mas também por todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada acadêmica e pessoal. Este trabalho não se concretizaria sem o apoio, incentivo, compreensão e amor de pessoas que foram essenciais em cada etapa percorrida.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me fortalecido diante dos desafios, pelas oportunidades que surgiram e pela serenidade nos momentos em que pensei em desistir. A fé me sustentou, especialmente nos momentos de cansaço e incertezas, permitindo que eu seguisse firme rumo à conclusão de mais essa etapa da minha vida.

Aos meus pais, que sempre acreditaram no valor da educação e me incentivaram a jamais desistir dos meus sonhos. Suas palavras de encorajamento e o exemplo de perseverança que sempre me transmitiram foram fundamentais para que eu alcançasse este objetivo. Cada gesto de cuidado, cada conselho e cada demonstração de carinho e paciência foram verdadeiros pilares que sustentaram minha caminhada.

Aos demais familiares, por compreenderem minha ausência em tantos momentos importantes e por estarem ao meu lado, torcendo sinceramente pelo meu sucesso. Cada um de vocês, à sua maneira, contribuiu para que eu chegasse até aqui.

Agradeço ao meu orientador, Allan Rocha Damasceno, por sua dedicação e paciência ao longo deste processo. Suas orientações, críticas construtivas e sugestões enriqueceram este trabalho e ampliaram meu olhar crítico sobre o campo da educação inclusiva. Mais do que um orientador, foi um guia intelectual que me ajudou a compreender que o conhecimento se constrói coletivamente e com diálogo.

Aos professores do curso de Pedagogia da Unirio, que, com empenho e dedicação, transmitiram não apenas conteúdos acadêmicos, mas também valores humanos e profissionais imprescindíveis para o exercício docente. Cada aula, cada

debate e cada leitura proposta foram sementes lançadas que, aos poucos, germinaram na construção deste trabalho.

Aos colegas de turma e amigos que caminharam comigo durante a graduação. Compartilhamos dúvidas, ansiedades, trabalhos em grupo, desafios e conquistas. O companheirismo e a troca de experiências foram fundamentais para que essa caminhada fosse mais leve, colaborativa e enriquecedora.

Aos profissionais que, direta ou indiretamente, colaboraram com esta pesquisa, seja por meio de suas produções acadêmicas, seja pelo diálogo e compartilhamento de experiências no âmbito da educação especial e inclusiva. Suas pesquisas abriram caminhos para compreender a complexidade e os desafios que envolvem essa temática.

Aos amigos pessoais que, mesmo de longe, não deixaram de acreditar em minha capacidade e sempre me enviaram palavras de incentivo, compreensão e afeto. Em especial ao Edson Lenon Nascimento Souza, o carinho dele foi combustível para que eu não perdesse o foco, mesmo diante das adversidades.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade. Cada gesto, cada palavra de apoio, cada ensinamento ou até mesmo cada silêncio respeitoso foi essencial para que eu concluísse esta etapa. A todos e todas, meu mais sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise crítica sobre a dupla excepcionalidade no contexto da educação inclusiva, com foco nas diferentes abordagens teóricas existentes na literatura. A dupla excepcionalidade é compreendida como a coexistência de altas habilidades/superdotação com algum tipo de transtorno do desenvolvimento ou dificuldade de aprendizagem, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A pesquisa tem como objetivo geral identificar e discutir os principais argumentos apresentados por autores que valorizam as potencialidades desses alunos, bem como as críticas e limitações apontadas por outros pesquisadores em relação à sua identificação, atendimento e inclusão. Por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, foram selecionados estudos nacionais que abordam o tema sob diferentes perspectivas. Os resultados indicam que, embora existam avanços no reconhecimento da dupla excepcionalidade como categoria educacional relevante, persistem desafios significativos na sua conceituação, no diagnóstico preciso e na formação de professores preparados para lidar com essa complexidade. O trabalho busca contribuir para o campo da educação inclusiva ao promover o debate sobre a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas que reconheçam tanto as dificuldades quanto os talentos desses estudantes, evitando sua invisibilidade ou rotulação indevida.

Palavras-chave: dupla excepcionalidade; altas habilidades; educação inclusiva; críticas; potencialidades.

ABSTRACT

This study presents a critical analysis of twice exceptionality within the context of inclusive education, focusing on the different theoretical approaches found in academic literature. Twice exceptionality is understood as the coexistence of giftedness/high abilities with a developmental disorder or learning difficulty, such as Autism Spectrum Disorder (ASD) or Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). The general objective of this research is to identify and discuss the main arguments presented by scholars who emphasize the potential of these students, as well as the critiques and limitations pointed out by other researchers regarding their identification, support, and inclusion in educational settings. Through a qualitative bibliographic review, national studies addressing the topic from various perspectives were selected. The findings suggest that, despite progress in recognizing twice exceptionality as a relevant educational category, significant challenges remain in its conceptualization, accurate diagnosis, and the training of teachers capable of managing its complexity. This work aims to contribute to the field of inclusive education by fostering debate on the need for public policies and pedagogical practices that acknowledge both the difficulties and the talents of these students, thus avoiding their invisibility or improper labeling.

Keywords: twice exceptionality; giftedness; inclusive education; critiques; potential.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	11
1.1 Objeto de estudo: a dupla excepcionalidade na educação inclusiva	13
1.2 Problema de estudo: tensões entre potencialidades e desafios na prática educacional	14
1.3 Objetivo e questões de estudo: contrastes na literatura sobre dupla excepcionalidade	15
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PERSPECTIVAS SOBRE A DUPLA EXCEPCIONALIDADE.....	17
2.1 Definições e terminologias: o que dizem os estudiosos	18
2.2 Abordagens que valorizam a dupla excepcionalidade	20
2.3 Estudos que apontam críticas e limites no tratamento do tema	22
2.4 A intersecção entre altas habilidades e transtornos de aprendizagem	23
2.5 Legislação e Políticas Públicas sobre Dupla Excepcionalidade no Brasil	24
CAPÍTULO 3 – DIÁLOGO ENTRE PESQUISAS: CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES.....	26
3.1 Concepção metodológica do estudo: revisão de literatura	27
3.2 Panorama da produção científica sobre dupla excepcionalidade no Brasil	28
3.3 Análise comparativa entre perspectivas teóricas	29
3.4 Implicações das divergências para a prática pedagógica e a formação docente.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como foco a análise da dupla excepcionalidade no contexto da educação inclusiva, com ênfase nas diferentes abordagens teóricas que abordam o tema. A dupla excepcionalidade, conceito relativamente recente nos estudos educacionais brasileiros, refere-se a estudantes que apresentam simultaneamente altas habilidades ou superdotação e alguma condição que comprometa o processo de aprendizagem, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou outras dificuldades específicas, reconhecidas pela legislação vigente.

Essa condição representa um desafio significativo para o sistema educacional, pois demanda práticas pedagógicas e políticas públicas que ultrapassem os modelos tradicionais voltados exclusivamente para a deficiência ou a superdotação isoladas. Tais estudantes, frequentemente, têm suas dificuldades mascaradas por suas habilidades ou, inversamente, suas potencialidades subestimadas em função das dificuldades apresentadas, o que dificulta sua adequada identificação, acompanhamento e inclusão nas escolas (PEREIRA, 2021; OGEDA, 2021).

O interesse pelo tema surgiu da inquietação diante do modo como o sistema educacional tem lidado com sujeitos que desafiam classificações rígidas e modelos preexistentes. Apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, estudantes com dupla excepcionalidade permanecem, frequentemente, invisibilizados ou rotulados de forma inadequada, seja em razão do insuficiente preparo dos profissionais da educação, seja por lacunas nos processos de avaliação e atendimento (PASSOS, 2020; REZENDE, 2021).

Diversos autores têm contribuído para a consolidação teórica a respeito da dupla excepcionalidade. Nos Estados Unidos, Reis, Baum e Burke (2014) propõem uma definição operacional que ressalta o desempenho elevado em uma ou mais áreas coexistindo com deficiências reconhecidas por critérios legais. Ronksley-Pavia (2015), por sua vez, enfatiza o papel do contexto sociocultural na compreensão da dupla excepcionalidade, apontando que se trata de um fenômeno complexo e relacional. Nesse âmbito, Baum, Shader e Owen (2017) identificam a dupla

excepcionalidade como uma intersecção paradoxal entre potencial elevado e dificuldade, definindo-a como um perfil único de necessidades educacionais.

Pesquisadores como Piske e Collins (2018) têm destacado a urgência de reconhecer as múltiplas identidades desses alunos no ambiente escolar, defendendo práticas pedagógicas mais sensíveis e individualizadas. Outras pesquisas, conduzidas por Medeiros, Pavão e Negrini (2019), Alencar (2018) e Hakim (2020), ressaltam a importância de políticas inclusivas que contemplem especificamente a dupla excepcionalidade, dando ênfase à formação docente e à criação de ambientes educacionais que reconheçam e respeitem a complexidade desses sujeitos.

Contudo, autores como Pereira e Rangni (2021), Ogeda (2021) e Passos (2020) evidenciam fragilidades teóricas, conceituais e práticas no tratamento da dupla excepcionalidade no Brasil. Tais críticas apontam para a escassez de pesquisas sistemáticas, o uso inconsistente de terminologias, e a falta de diretrizes claras e específicas nas políticas educacionais para este público.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de ampliar o debate acadêmico acerca da dupla excepcionalidade, com vistas a contribuir para a formulação de práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e fundamentadas. O presente trabalho organiza-se em três capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a formulação da situação-problema, delimita o objeto de estudo e define os objetivos e as questões de pesquisa; o segundo capítulo discute os principais referenciais teóricos, contemplando abordagens que destacam tanto as potencialidades dos alunos com dupla excepcionalidade quanto os desafios e limitações enfrentados; finalmente, o terceiro capítulo propõe uma análise comparativa das perspectivas estudadas, refletindo sobre as suas implicações para a formação docente e o fortalecimento das políticas de inclusão.

Ao promover essa reflexão, o presente estudo busca contribuir para a construção de um campo educacional mais atento à diversidade e à complexidade dos sujeitos escolares, especialmente daqueles que, devido às suas singularidades, permanecem com frequência marginalizados nas práticas pedagógicas e nas políticas institucionais.

CAPÍTULO I:

FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.”

— Paulo Freire

O processo de inclusão escolar de estudantes com dupla excepcionalidade tem despertado debates e desafios significativos no campo educacional contemporâneo. A dupla excepcionalidade é caracterizada pela coexistência simultânea de altas habilidades ou superdotação com transtornos do desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Essa condição configura um perfil paradoxal e complexo, no qual as potencialidades podem mascarar as dificuldades e vice-versa, o que dificulta tanto a identificação quanto o atendimento adequado desses estudantes (Reis, Baum & Burke, 2014; Ronksley-Pavia, 2015; Bueno, 2023).

No contexto brasileiro, apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, estudantes com dupla excepcionalidade permanecem frequentemente invisibilizados nas escolas. Essa invisibilidade decorre, em parte, da escassez de pesquisas sistemáticas e da insuficiente formação dos profissionais da educação para lidar com as especificidades desse grupo (Pereira & Rangni, 2021; Piske & Collins, 2018; Bueno, 2023). Estima-se que até 10% das crianças com altas habilidades possam apresentar alguma deficiência concomitante, o que torna a dupla excepcionalidade uma realidade mais comum do que se imagina, porém ainda pouco diagnosticada e compreendida (Instituto Inclusão Brasil, 2022).

Embora o ordenamento jurídico brasileiro disponha de um arcabouço legal sólido para amparar os direitos dos estudantes com dupla excepcionalidade, observa-se um hiato considerável entre as normativas vigentes e sua adoção efetiva nas escolas. A legislação estabelece claramente que o atendimento especializado e as práticas pedagógicas diferenciadas são direitos garantidos, contudo, na prática, essa promessa encontra entraves relacionados à implementação, à formação insuficiente dos profissionais da educação e à escassez de recursos adaptados.

Assim, não basta garantir a matrícula desses estudantes em escolas regulares; é imprescindível que o sistema educacional se reorganize para oferecer atendimento

que respeite e potencialize suas múltiplas singularidades. Nesse sentido, Bueno (2023, p. 5) destaca que “a construção de um ambiente escolar inclusivo e responsivo às singularidades desses estudantes depende do engajamento colaborativo entre escola, família e profissionais especializados”. Além disso, Mittler (2003) e Mantoan (2011), citados por Bueno (2023), defendem que a inclusão deve ser entendida como uma transformação profunda do paradigma educacional, em que todos tenham condições necessárias para aprender, participar e pertencer.

A inclusão efetiva desses estudantes demanda, portanto, mais do que infraestrutura e recursos materiais; requer um compromisso ético-político com a formação de sujeitos emancipados, tanto estudantes quanto profissionais da educação, capazes de reconhecer e valorizar a complexidade da dupla excepcionalidade (Adorno, 1995). Conforme ressalta Adorno (1995, p. 141-142):

“Evidentemente não é a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir de seu exterior; mas também não é mera transmissão de conhecimentos [...] mas sim a produção de uma consciência verdadeira. [...] Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado.”

Além disso, Miranda (2009, p. 218) enfatiza que:

“[...] dotar as escolas de infraestrutura, equipamentos e recursos materiais e didático-pedagógicos necessários ao bom desenvolvimento das atividades escolares. Assim, deve desenvolver programas de orientação e de formação continuada dos professores na área de educação inclusiva, criar equipes para dar apoio especializado às escolas e incentivar a formação de grupos e programas de estudo na área da educação especial, contemplando questões relativas à proposta pedagógica, currículo, planejamento, avaliação e identificação de necessidades educacionais especiais, dentre outras.”

Para estudantes com dupla excepcionalidade, essa preparação torna-se ainda mais urgente, pois suas necessidades educacionais demandam uma abordagem multidisciplinar e integrada, que supere a fragmentação dos saberes e promova uma educação inclusiva, desafiadora e acolhedora (Bueno, 2023; Instituto Inclusão Brasil, 2022).

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de atender à complexidade desses sujeitos, passa por uma gestão democrática e participativa, bem como pela formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Alves e Nakano (2015) alertam para a importância de “estar atenta a tudo o que nela se passa, se acredita, se cria e se renova, ou não” (Alves & Nakano, 2015, p. 19).

Assim, a situação-problema que orienta esta pesquisa reside na dificuldade do sistema educacional em reconhecer, diagnosticar e atender adequadamente estudantes com dupla excepcionalidade, evidenciando um cenário em que tanto as potencialidades quanto às dificuldades desses alunos permanecem à margem das práticas pedagógicas e das políticas públicas (Fonseca, 2018; Bueno, 2023; Pereira & Rangni, 2021).

1.1 Objeto de estudo: a dupla excepcionalidade na educação inclusiva

O presente estudo tem como objeto de investigação a dupla excepcionalidade no contexto da educação inclusiva. Essa condição, ainda recente nos debates educacionais brasileiros, refere-se à coexistência de altas habilidades ou superdotação com alguma condição que impacte o processo de aprendizagem, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou dificuldades específicas de aprendizagem. Trata-se, portanto, de um público escolar que desafia os moldes tradicionais de categorização no âmbito educacional, transitando entre potencialidades cognitivas elevadas e limitações que comprometem seu desenvolvimento integral.

A literatura internacional destaca o caráter paradoxal da dupla excepcionalidade. Reis, Baum e Burke (2014) definem essa condição como a manifestação simultânea de altas habilidades e deficiências reconhecidas por critérios legais, o que produz um perfil de desenvolvimento que pode ser mascarado em ambientes escolares pouco sensíveis à diversidade. Ronksley-Pavia (2015) ressalta que a compreensão do fenômeno deve incluir o contexto sociocultural, enfatizando que não se trata de uma simples sobreposição de diagnósticos, mas de uma interação complexa entre habilidades, dificuldades e fatores ambientais.

No Brasil, estudiosos como Piske e Collins (2018) reforçam a urgência de reconhecer as múltiplas identidades desses estudantes, apontando a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas e inclusivas. Ainda assim, a literatura nacional evidencia uma carência de pesquisas sistemáticas que consolidem definições claras e protocolos eficientes para a identificação e o atendimento adequado desses alunos (Pereira & Rangni, 2021; Passos, 2020).

Diante desse cenário, estudar a dupla excepcionalidade no âmbito da educação inclusiva torna-se relevante para problematizar os limites das políticas públicas e das práticas pedagógicas que, muitas vezes, não conseguem acolher as complexidades inerentes a essa condição. Esse contexto justifica a escolha do tema como objeto de estudo desta pesquisa.

1.2 Problema de estudo: tensões entre potencialidades e desafios na prática educacional

Embora os avanços na legislação brasileira e nas políticas de educação inclusiva sejam notórios, persistem lacunas na prática pedagógica quando se trata de atender estudantes com dupla excepcionalidade. O principal problema enfrentado no cotidiano escolar refere-se à dificuldade de identificação desses alunos, o que gera invisibilidade, subestimação das potencialidades ou, em contrapartida, ênfase excessiva nas dificuldades apresentadas.

Essa tensão entre potencialidades e desafios reflete-se em uma formação docente frequentemente insuficiente para lidar com tal complexidade. Conforme apontam Ogeda (2021) e Rezende (2021), muitos professores não possuem conhecimento teórico ou prático suficiente para reconhecer os sinais da dupla excepcionalidade, comprometendo a oferta de estratégias pedagógicas adequadas. Soma-se a isso a escassez de recursos e a ausência de políticas públicas específicas que orientem o atendimento integral desses alunos.

Além disso, as tensões conceituais e terminológicas presentes na literatura dificultam a consolidação de um entendimento consensual sobre o tema. Passos (2020) alerta para os riscos da medicalização e de uma compreensão restrita da dupla excepcionalidade, que pode reduzir a complexidade do fenômeno a uma mera sobreposição de diagnósticos clínicos.

Diante desse cenário, o desafio colocado para a prática educacional é construir um olhar pedagógico que reconheça a singularidade de cada estudante, superando a fragmentação entre deficiência e superdotação. O desenvolvimento de práticas inclusivas efetivas requer não apenas políticas públicas consistentes, mas também investimento na formação docente e na produção de conhecimento científico sobre o tema.

1.3 Objetivo e questões de estudo: contrastes na literatura sobre dupla excepcionalidade

Diante do cenário educacional que ainda apresenta fragilidades na identificação, atendimento e inclusão de estudantes com dupla excepcionalidade, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar criticamente a produção acadêmica sobre o tema no contexto da educação inclusiva. O intuito é compreender como diferentes autores têm abordado essa condição, destacando, de um lado, as contribuições e potencialidades atribuídas aos estudantes e, de outro, as críticas e limitações conceituais, práticas e políticas que permeiam a temática.

Para aprofundar essa análise, foram estabelecidos alguns objetivos específicos que orientam o desenvolvimento deste trabalho. Em primeiro lugar, busca-se identificar os principais autores e produções acadêmicas que tratam da dupla excepcionalidade, tanto no cenário nacional quanto internacional. Além disso, pretende-se compreender os argumentos teóricos que valorizam o reconhecimento das potencialidades desses estudantes e que apontam caminhos para práticas pedagógicas inclusivas mais eficazes. Outro ponto de interesse é examinar as críticas presentes na literatura, que evidenciam os desafios, lacunas metodológicas e ambiguidades conceituais em torno da dupla excepcionalidade. Por fim, o estudo visa refletir sobre as implicações dessas discussões para a formação docente e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação inclusiva.

Com o objetivo de orientar a investigação, este trabalho busca responder às seguintes questões de pesquisa: de que forma a literatura acadêmica brasileira e internacional define e caracteriza a dupla excepcionalidade? Quais são as principais contribuições teóricas que ressaltam as potencialidades desses estudantes? Que críticas e desafios são apontados em relação aos processos de identificação,

diagnóstico e inclusão dos alunos com dupla excepcionalidade? E, por fim, como essas discussões têm repercutido na prática pedagógica e na formação de professores para a educação inclusiva?

Essas questões direcionaram o percurso metodológico e teórico deste estudo, cuja intenção é colaborar para um olhar mais crítico e sensível sobre a dupla excepcionalidade, de modo que ela seja efetivamente considerada nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas em prol de uma escola mais democrática e inclusiva.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PERSPECTIVAS SOBRE A DUPLA EXCEPCIONALIDADE

“... incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças, indistintamente!”

— Mantoan

A fundamentação teórica sobre a dupla excepcionalidade apresenta-se como um campo em construção, especialmente no contexto brasileiro, onde o conceito ainda busca maior consolidação e compreensão. A dupla excepcionalidade pode ser definida como a condição em que um estudante apresenta simultaneamente altas habilidades ou superdotação e alguma deficiência ou transtorno que impacta seu processo de aprendizagem, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Essa coexistência cria um perfil singular e paradoxal, no qual as potencialidades cognitivas elevadas podem ser mascaradas pelas dificuldades associadas, e vice-versa, dificultando a identificação e o atendimento adequado desses alunos.

Estudiosos como Reis, Baum e Burke (2014) definem a dupla excepcionalidade como a manifestação simultânea de competências superiores e deficiências reconhecidas por critérios legais, ressaltando que essa condição demanda um olhar diferenciado das práticas escolares tradicionais, que muitas vezes não estão preparadas para reconhecer essa complexidade. Ronksley-Pavia (2015) amplia essa perspectiva ao destacar a importância do contexto sociocultural na compreensão da dupla excepcionalidade, defendendo que não se trata apenas da sobreposição de diagnósticos clínicos, mas de uma interação dinâmica entre as habilidades, dificuldades e o ambiente escolar.

No Brasil, a literatura aponta para a carência de definições claras e consensuais, bem como para a diversidade terminológica que permeia o tema, o que contribui para confusões conceituais e para a invisibilidade desses estudantes nas práticas educacionais. Pereira e Rangni (2021) evidenciam que a produção científica nacional ainda é incipiente e que a formação docente carece de aprofundamento para lidar com as especificidades da dupla excepcionalidade.

Apesar dos desafios, experiências exitosas em algumas escolas brasileiras indicam que a dupla excepcionalidade pode ser compreendida como uma condição que exige um olhar sensível, escuta ativa e atuação pedagógica planejada e colaborativa. Estratégias como projetos interdisciplinares, mentorias especializadas, agrupamentos flexíveis e o uso de tecnologias assistivas têm sido apontadas como caminhos promissores para ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação desses estudantes. Essas práticas reforçam a necessidade de uma educação inclusiva que reconheça e valorize a diversidade em sua totalidade, promovendo o desenvolvimento pleno dos alunos duplamente excepcionais.

Assim, a discussão sobre a dupla excepcionalidade ultrapassa a dimensão técnica e se configura como um compromisso ético e pedagógico com a diversidade humana. Reconhecer esses sujeitos em sua totalidade — com seus talentos, desafios, fragilidades e potências — é fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, democrática e capaz de responder às múltiplas formas de aprender, criar e existir.

Portanto, a fundamentação teórica deste trabalho busca articular essas perspectivas, enfatizando a complexidade da dupla excepcionalidade e a necessidade de práticas educacionais que integrem as potencialidades e as necessidades específicas desses estudantes, contribuindo para a superação dos desafios identificados na literatura e para a promoção de uma educação mais equitativa e sensível à diversidade.

2.1 Definições e terminologias: o que dizem os estudiosos

A dupla excepcionalidade é um conceito em construção no campo educacional, especialmente no Brasil, que designa estudantes que apresentam simultaneamente altas habilidades ou superdotação e alguma condição que dificulte seu processo de aprendizagem, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou dificuldades específicas de aprendizagem.

Reis, Baum e Burke (2014, p. 47) definem a dupla excepcionalidade como:

Estudantes que demonstram desempenho superior ou produção criativa em uma ou mais áreas e que manifestam uma ou mais deficiências reconhecidas por critérios legais, incluindo transtornos específicos de aprendizagem, transtornos de linguagem, deficiências físicas, TEA ou TDAH. Essas condições combinadas produzem uma população única, cujo potencial superior pode mascarar a deficiência, assim como a deficiência pode mascarar o alto potencial.

Essa definição destaca o caráter paradoxal e complexo da dupla excepcionalidade, que desafia as práticas escolares tradicionais, pois o desempenho acadêmico pode oscilar, dificultando o reconhecimento das necessidades específicas desses alunos.

Ronksley-Pavia (2015) amplia essa perspectiva ao enfatizar que a dupla excepcionalidade não deve ser vista como uma mera sobreposição de diagnósticos clínicos, mas como um fenômeno relacional e contextualizado, no qual as interações entre as potencialidades, as dificuldades e o ambiente sociocultural moldam o perfil do estudante. A autora argumenta que:

A compreensão da dupla excepcionalidade deve ir além do diagnóstico médico, incorporando as influências do contexto social, cultural e educacional, que impactam diretamente o desenvolvimento e a aprendizagem do indivíduo (Ronksley-Pavia, 2015, p. 102).

No cenário brasileiro, Pereira e Rangni (2021) apontam que o conceito ainda carece de clareza e consenso, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto nas práticas pedagógicas. Passos (2020) chama atenção para a diversidade terminológica encontrada na literatura, que inclui termos como “dupla excepcionalidade”, “duplamente excepcional”, “2e” e “superdotação com necessidades especiais”, o que contribui para confusões conceituais e dificulta a comunicação entre profissionais da educação e da saúde.

Essa multiplicidade terminológica reflete a complexidade do fenômeno e a necessidade de um esforço conjunto para estabelecer definições claras e protocolos de identificação que possam ser aplicados de forma consistente no contexto educacional brasileiro.

2.2 Abordagens que valorizam a dupla excepcionalidade

Diversos pesquisadores defendem a necessidade de reconhecer as potencialidades dos estudantes com dupla excepcionalidade, propondo práticas pedagógicas que valorizem suas habilidades enquanto oferecem suporte às suas dificuldades.

No Brasil, Piske e Collins (2018) são referências nesse debate, destacando que:

O reconhecimento das múltiplas identidades dos estudantes duplamente excepcionais é fundamental para garantir um atendimento pedagógico eficaz, que supere a fragmentação entre deficiência e superdotação e promova o desenvolvimento integral do aluno (Piske & Collins, 2018, p. 88).

Eles enfatizam a importância de práticas educacionais sensíveis e personalizadas, que considerem as singularidades de cada estudante e promovam sua autonomia e participação ativa no processo de aprendizagem.

Medeiros, Pavão e Negrini (2019) reforçam essa visão ao defenderem a articulação entre políticas públicas, formação docente e estratégias pedagógicas inovadoras como caminhos para efetivar a inclusão desses sujeitos. Para esses autores:

A inclusão da dupla excepcionalidade requer um sistema educacional flexível, que ofereça recursos e apoios diversificados, e uma formação docente que prepare os professores para lidar com a complexidade desses perfis (Medeiros, Pavão & Negrini, 2019, p. 134).

Alencar (2018) destaca ainda a necessidade de políticas educacionais que contemplem tanto o desenvolvimento das altas habilidades quanto o suporte às dificuldades apresentadas pelos alunos, afirmando que:

A escola deve ser um espaço de desenvolvimento pleno, onde as diferenças sejam compreendidas, respeitadas e valorizadas, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizagem e crescimento (Alencar, 2018, p. 56).

Hakim (2020) propõe uma abordagem interdisciplinar para compreender a dupla excepcionalidade, articulando contribuições da neurociência, psicologia, pedagogia e direito. Essa perspectiva amplia o olhar sobre o fenômeno, reconhecendo que:

A intervenção educacional deve considerar as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, integrando saberes para atender às necessidades específicas dos estudantes duplamente excepcionais (Hakim, 2020, p. 72).

Essa interdisciplinaridade é fundamental para superar abordagens fragmentadas e promover uma educação inclusiva que respeite a complexidade dos sujeitos.

2.3 Estudos que apontam críticas e limites no tratamento do tema

Apesar dos avanços na compreensão da dupla excepcionalidade, diversos autores apontam críticas e limitações tanto no campo teórico quanto na prática educacional.

Pereira (2021) destaca a fragilidade dos processos de identificação desses estudantes no Brasil, evidenciando que a ausência de critérios claros e de protocolos de avaliação dificulta o diagnóstico adequado e, consequentemente, o atendimento pedagógico. Segundo a autora:

A falta de instrumentos padronizados e de formação específica para profissionais da educação e da saúde compromete a identificação precoce e o desenvolvimento de estratégias eficazes para a dupla excepcionalidade (Pereira, 2021, p. 45).

Passos (2020) critica a inconsistência terminológica que envolve o tema, o que gera confusões entre os profissionais da educação e da saúde. Para a autora:

A diversidade de nomenclaturas e a ausência de um consenso conceitual contribuem para a invisibilidade dos estudantes duplamente excepcionais, que acabam sendo compreendidos de forma parcial ou inadequada (Passos, 2020, p. 39).

Ogeda (2021) enfatiza os desafios no diagnóstico da dupla excepcionalidade, sobretudo em casos de estudantes com TDAH, destacando a importância de uma avaliação multidimensional que considere não apenas os aspectos cognitivos, mas também sociais e emocionais. Ela afirma que:

A avaliação deve ser ampla e integrada, contemplando as múltiplas dimensões do desenvolvimento, para evitar diagnósticos equivocados e garantir um atendimento adequado (Ogeda, 2021, p. 61).

De forma similar, Rezende (2021) evidencia, por meio de estudo de caso, os obstáculos enfrentados pelas escolas na identificação e no atendimento adequado desses alunos, ressaltando a necessidade de formação continuada e de políticas públicas específicas.

Por fim, Pereira e Rangni (2021), ao analisarem a produção científica brasileira sobre o tema entre 2014 e 2020, apontam a escassez de pesquisas sistemáticas e a necessidade de maior aprofundamento conceitual e metodológico na área. Essas limitações revelam a urgência de ampliar o debate acadêmico e de fortalecer políticas públicas que orientem práticas educacionais mais efetivas para esse público.

2.4 A intersecção entre altas habilidades e transtornos de aprendizagem

A dupla excepcionalidade evidencia a complexa interseção entre as altas habilidades e os transtornos de aprendizagem. Enquanto as altas habilidades indicam

um potencial cognitivo acima da média em áreas específicas, os transtornos de aprendizagem e do desenvolvimento impõem barreiras que dificultam o pleno desenvolvimento desse potencial no ambiente escolar.

Baum, Shader e Owen (2017, p. 17) descrevem essa condição como um “paradoxo educacional”, no qual o talento e a dificuldade coexistem, criando um perfil único de necessidades. Muitas vezes, o desempenho acadêmico regular ou abaixo do esperado oculta as capacidades superiores do estudante, levando à subestimação de suas habilidades.

No contexto brasileiro, Piske e Collins (2018) reforçam que essa interseção demanda um olhar atento e sensível por parte dos educadores, que devem ser capazes de reconhecer sinais tanto das altas habilidades quanto das dificuldades associadas. Para tanto, a formação docente deve incluir conhecimentos sobre as características desses estudantes, bem como estratégias pedagógicas diversificadas que favoreçam tanto o desenvolvimento dos talentos quanto o enfrentamento das dificuldades.

Essa compreensão integrada é fundamental para evitar práticas excludentes ou reducionistas, que enfatizem apenas uma dimensão do sujeito em detrimento da outra. A educação inclusiva, ao acolher a complexidade da dupla excepcionalidade, contribui para a promoção de uma escola verdadeiramente democrática, que reconhece e valoriza a diversidade em todas as suas formas.

2.5 Legislação e Políticas Públicas sobre Dupla Excepcionalidade no Brasil

No Brasil, o reconhecimento da dupla excepcionalidade como demanda educacional específica está amparado por diversos dispositivos legais que asseguram o direito à educação inclusiva, bem como a oferta de recursos educacionais especializados. A legislação vigente estabelece o compromisso do sistema educacional em identificar, atender e apoiar estudantes que apresentam simultaneamente altas habilidades ou superdotação e algum transtorno ou deficiência.

A principal norma que regula a educação nacional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. No capítulo referente à Educação

Especial, os artigos 58 e 59 garantem o atendimento prioritariamente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A LDB assegura o direito desses alunos a currículos, métodos, técnicas e recursos pedagógicos diferenciados, assim como à aceleração dos estudos conforme a sua capacidade.

Em 2013, a Lei nº 12.796/2013 promoveu alterações na LDB para reforçar a formação de professores especializados e a oferta de educação adequada para alunos superdotados, destacando a necessidade de formação continuada para o corpo docente, ampliando, assim, a efetividade das ações educativas (BRASIL, 2013).

Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece princípios para a inclusão e acessibilidade, abrangendo as necessidades educacionais em múltiplas dimensões. Essa lei ressalta a importância da avaliação biopsicossocial, atendimento multiprofissional e estratégias educacionais que contemplem a diversidade e complexidade associadas à dupla excepcionalidade (BRASIL, 2015).

Outro avanço legislativo recente é o Projeto de Lei nº 3549/2024, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Dupla Excepcionalidade, a ser comemorado anualmente em 11 de agosto, com o objetivo de promover a sensibilização da sociedade e o fortalecimento das práticas inclusivas nas instituições de ensino dos diferentes níveis (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024).

Além das leis, o Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, consolidando a terminologia “altas habilidades ou superdotação” e orientando a oferta de programas e recursos para o atendimento desses estudantes no sistema público (BRASIL, 2011).

Por fim, as Diretrizes Operacionais para Educação Especial na Educação Básica, atualizadas pelo Ministério da Educação, orientam a implantação de políticas efetivas e práticas pedagógicas relacionadas ao atendimento especializado, incluindo recomendações específicas para alunos com dupla excepcionalidade, como a necessidade de avaliação multiprofissional e flexibilização curricular (MEC, 2022).

Este arcabouço legal constitui a base normativa para o direito à educação inclusiva da dupla excepcionalidade, mas sua efetivação demanda esforços coordenados entre gestores públicos, escolas e profissionais da educação para superar desafios de reconhecimento, diagnóstico e atendimento qualificado.

CAPÍTULO 3 – DIÁLOGO ENTRE PESQUISAS: CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES

“A educação tem por finalidade a formação de seres humanos autônomos, capazes de julgar e agir por si mesmos.”

— Theodor W. Adorno

Se propõe a reunir, comparar e analisar criticamente as principais produções acadêmicas sobre dupla excepcionalidade, evidenciando tanto os avanços quanto às divergências e lacunas que ainda permeiam o campo. Trata-se de um espaço de síntese e reflexão, em que distintas abordagens teóricas e experiências práticas são colocadas em diálogo, permitindo uma compreensão mais ampla sobre os caminhos, desafios e possibilidades na educação inclusiva de alunos duplamente excepcionais.

No panorama das pesquisas, destaca-se o reconhecimento crescente da necessidade de abordagens pedagógicas personalizadas. Autores como Piske e Collins enfatizam que práticas educativas sensíveis à multiplicidade de identidades dos estudantes com dupla excepcionalidade contribuem para um ambiente mais receptivo ao desenvolvimento integral desses sujeitos, superando dicotomias entre deficiência e superdotação. Do outro lado, trabalhos de Pereira e Rangni, assim como Passos, evidenciam a fragilidade das definições conceituais e dos protocolos de identificação desse público, alertando para a falta de consistência metodológica e a insuficiência de políticas públicas direcionadas.

Uma das principais contribuições do campo está justamente no reconhecimento de que as identidades desses estudantes são complexas e multidimensionais. Pesquisas destacam experiências exitosas que envolvem formação docente continuada, trabalho interdisciplinar e construção de estratégias pedagógicas inovadoras, como o uso de mentorias, projetos interdisciplinares e adaptações curriculares, capazes de potencializar talentos enquanto acolhem desafios. No entanto, tais experiências ainda não se difundem de maneira sistemática na maioria das redes de ensino, refletindo desigualdades regionais e institucionais na oferta de formação, recursos e apoio especializado.

Ao mesmo tempo, as contradições também emergem de formas distintas de compreender o fenômeno. Enquanto parte da literatura defende que o foco deve estar prioritariamente no desenvolvimento das potencialidades, outros autores alertam que o excesso de ênfase nas habilidades pode invisibilizar dificuldades e necessidades de apoio, perpetuando exclusões sutis. Soma-se a isso o alerta de que políticas públicas e orientações institucionais ainda carecem de mecanismos claros e específicos para contemplar de fato a dupla excepcionalidade, resultando numa atuação mais reativa do que preventiva no ambiente escolar.

Assim, o diálogo entre as pesquisas evidencia tanto avanços teóricos e práticas inovadoras quanto obstáculos persistentes que retardam a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva. Nessa trajetória, o campo demanda a integração entre diferentes saberes, ampliação da formação docente, desenvolvimento de protocolos de identificação validados e articulação de políticas educacionais. Refletir criticamente sobre essas contribuições e contradições é fundamental para desenhar caminhos mais equitativos e eficazes na educação dos estudantes com dupla excepcionalidade, reconhecendo-os em sua totalidade e potencialidade.

3.1 Concepção metodológica do estudo: revisão de literatura

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se em uma revisão bibliográfica qualitativa, com o propósito de analisar e discutir criticamente as produções acadêmicas acerca da dupla excepcionalidade no contexto da educação inclusiva. Esta estratégia metodológica justifica-se pela necessidade de compreender como o tema vem sendo tratado na literatura científica, sobretudo no Brasil, a partir de diferentes perspectivas teóricas e práticas, de modo a identificar avanços, contradições e lacunas.

Segundo Lima e Mito (2007, p. 45), a revisão bibliográfica qualitativa “possibilita a constituição de um diálogo crítico entre autores e conceitos, contribuindo para o aprofundamento da compreensão do fenômeno investigado”. A revisão englobou a seleção criteriosa de artigos, livros e teses relacionados à dupla

excepcionalidade, obtidos em bases acadêmicas como Google Scholar, SciELO e repositórios de universidades brasileiras, privilegiando materiais publicados nos últimos dez anos para assegurar atualidade e relevância.

Foram adotados critérios de inclusão que privilegiaram publicações com foco em práticas pedagógicas, formação docente, políticas públicas e estudos teóricos que abordassem simultaneamente as dimensões das altas habilidades e das dificuldades associadas à dupla excepcionalidade. Conforme recomenda PEPSIC (2020), adotou-se uma análise temática, que privilegiou a identificação dos principais eixos discursivos da literatura, divididos em perspectivas que valorizam potencialidades e aquelas que problematizam limitações.

Esse procedimento metodológico garante rigor e contribui para um panorama sintetizado, capaz de subsidiar reflexões críticas e fundamentadas sobre o objeto estudado.

3.2 Panorama da produção científica sobre dupla excepcionalidade no Brasil

No Brasil, a produção científica sobre a dupla excepcionalidade ainda é considerada incipiente e fragmentada. Conforme apontam Pereira e Rangni (2021), grande parte das pesquisas concentra-se em temas correlatos de forma isolada, abordando altas habilidades/superdotação e transtornos do desenvolvimento como fenômenos separados, o que dificulta a análise integrada da dupla excepcionalidade.

Apesar dessa limitação, destacam-se iniciativas acadêmicas que vêm contribuindo para o avanço do conhecimento na área. Piske e Collins (2018) ressaltam a importância de práticas pedagógicas individualizadas, capazes de reconhecer as múltiplas identidades desses estudantes, superando dicotomias entre talento e dificuldade. Medeiros, Pavão e Negrini (2019) evidenciam a necessidade da articulação entre as políticas públicas, a formação docente e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras para garantir a inclusão desses alunos.

Hakim (2020) aprofunda essa visão propondo uma abordagem interdisciplinar que articula conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia, reforçando que o entendimento da dupla excepcionalidade requer a integração de saberes para uma intervenção eficaz.

Por outro lado, autores como Passos (2020) e Ogeda (2021) alertam para as dificuldades metodológicas que permeiam a identificação e o atendimento dos estudantes duplamente excepcionais. Destacam a falta de protocolos claros e a confusão terminológica como entraves significativos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes. Passos (2020, p. 39) afirma que “a ausência de um consenso conceitual e de instrumentos de avaliação adequados impede que esses estudantes recebam o suporte necessário para expressar plenamente suas potencialidades”.

3.3 Análise comparativa entre perspectivas teóricas

O exame comparativo das perspectivas teóricas demonstra que o campo da dupla excepcionalidade encontra-se em processo de consolidação, marcado por contribuições valiosas, mas também por contradições e ausência de consensos.

Um grupo expressivo de autores — representado por Piske e Collins (2018), Medeiros et al. (2019) e Alencar (2018) — enfatiza o reconhecimento e desenvolvimento das potencialidades dos estudantes duplamente excepcionais. Para eles, práticas pedagógicas diferenciadas e personalizadas são essenciais para garantir um ambiente inclusivo que respeite as singularidades do estudante, promovendo seu desenvolvimento integral.

Em contrapartida, estudiosos como Pereira (2021), Passos (2020) e Rezende (2021) problematizam a falta de critérios objetivos para a identificação da dupla excepcionalidade e denunciam a escassez de formação docente específica. Essas limitações comprometem não apenas o reconhecimento desses alunos, mas também a efetividade das políticas públicas vigentes. Essas autoras destacam que sem políticas claras, com diretrizes específicas, o atendimento continuará inconsistente e fragmentado.

Tal divergência evidencia a necessidade urgente de aproximar teoria e prática, consolidando um campo interdisciplinar robusto que possa orientar a aplicação pedagógica e política.

3.4 Implicações das divergências para a prática pedagógica e a formação docente

As diferenças conceituais e práticas observadas na literatura repercutem diretamente na atuação dos professores e na qualidade do atendimento aos estudantes com dupla excepcionalidade. A ausência de um entendimento consolidado sobre o tema resulta em insegurança e despreparo dos educadores, que muitas vezes se veem sem subsídios para elaborar estratégias pedagógicas eficazes.

Torna-se, portanto, imprescindível que a formação inicial e continuada dos professores integre conteúdos específicos sobre a dupla excepcionalidade, abordando suas características cognitivas, emocionais e sociais. Miranda (2009) destaca que a formação contínua é fundamental para capacitar o docente a reconhecer sinais, adaptar metodologias e colaborar em equipes multidisciplinares, ampliando as possibilidades de inclusão real.

Além da formação, a implementação de políticas públicas deve ser ampliada para incluir protocolos de identificação, recursos pedagógicos e suporte especializado permanentes. Medeiros et al. (2019) apontam que uma articulação efetiva entre políticas, formação e práticas pedagógicas pode transformar a realidade educacional desses estudantes.

Nesse sentido, a visão crítica e emancipatória proposta por Adorno (1995) ganha relevância, pois a educação deve fomentar a consciência crítica que reconheça a diversidade e valorize o sujeito em sua totalidade. A escola e seus profissionais têm o papel crucial de desvelar as potencialidades escondidas sob dificuldades e promover a equidade, especialmente para alunos frequentemente invisibilizados como os duplamente excepcionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar criticamente a produção acadêmica sobre a dupla excepcionalidade no contexto da educação inclusiva, destacando tanto as contribuições relevantes quanto às críticas e limitações apontadas pelos estudiosos da área. Por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, pôde-se constatar que o campo da dupla excepcionalidade ainda se configura como um terreno em construção, especialmente no cenário brasileiro, onde as discussões e práticas se encontram em processo de consolidação.

O estudo evidenciou o esforço crescente de pesquisadores que buscam reconhecer e valorizar as potencialidades dos estudantes com dupla excepcionalidade. Autores como Piske, Collins, Medeiros, Pavão e Negrini contribuem para a compreensão desses alunos enquanto sujeitos de direitos, ressaltando suas capacidades cognitivas elevadas, mesmo diante das barreiras impostas por condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras dificuldades específicas de aprendizagem. Destacam ainda a importância de políticas públicas efetivas, da formação docente qualificada e da implementação de práticas pedagógicas diferenciadas e inclusivas, para garantir o pleno desenvolvimento desses estudantes.

Entretanto, a análise também revelou críticas contundentes acerca da aplicação e compreensão do conceito de dupla excepcionalidade na prática educacional. Estudos de Pereira, Passos, Ogeda e Rezende apontam para a ausência de critérios claros e consensuais para a identificação desses alunos, para a fragmentação das políticas públicas e para a insuficiência na formação dos profissionais da educação diante da complexidade que a dupla excepcionalidade impõe. A coexistência de terminologias variadas, a escassez de pesquisas contínuas e a lacuna na articulação entre teoria e prática pedagógica configuram obstáculos a serem urgentemente superados.

Essa dualidade na literatura reflete a realidade escolar, onde apesar dos avanços conceituais, a efetividade e integralidade do atendimento aos alunos com dupla excepcionalidade ainda são incipientes. Os desafios abrangem desde o diagnóstico preciso, passando pelo planejamento e execução pedagógica adequada,

até a garantia de políticas públicas estruturadas que assegurem os recursos, apoios e formações essenciais.

Compreender a dupla excepcionalidade é reconhecer a singularidade desses estudantes, o que demanda uma abordagem educativa que supere visões fragmentadas e reducionistas, sejam elas centradas apenas na deficiência ou exclusivamente na superdotação. A escola, enquanto espaço fundamental de formação cidadã e desenvolvimento integral, precisa estar preparada e comprometida para lidar com tamanha complexidade, promovendo inclusivamente o aprendizado, a participação e o respeito à diversidade.

Esta pesquisa não pretende esgotar o tema, mas contribuir de forma significativa para o debate acadêmico e para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas. Fica ainda evidente a necessidade premente de investimentos permanentes em pesquisa, formação docente inicial e continuada, além da implementação e monitoramento de políticas educacionais específicas, que considerem a dupla excepcionalidade de maneira ampla, crítica e comprometida com a equidade e a justiça social.

Como recomendação para estudos futuros, destaca-se a importância de pesquisas empíricas que investiguem a percepção, os saberes e as práticas dos professores em relação à dupla excepcionalidade, assim como investigações que abordem experiências pedagógicas exitosas. Também é fundamental examinar como os cursos de formação inicial e continuada têm contemplado a temática, oferecendo subsídios para aprimorar a preparação dos profissionais da educação.

Por fim, a construção de uma escola genuinamente democrática e inclusiva depende da superação das barreiras que continuam a invisibilizar os estudantes com dupla excepcionalidade. É dever irrenunciável de todos os atores envolvidos, gestores, docentes, pesquisadores, famílias e formuladores de políticas públicas, assumir o compromisso ético, político e social de garantir a esses alunos o direito pleno à educação de qualidade, ao desenvolvimento integral de suas potencialidades e à participação social em condições igualitárias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de. Superdotação: questões atuais e perspectivas para o futuro. São Paulo: Cortez, 2018.

ALVES, Luiza Aguiar; NAKANO, Tatiana Maria F. A gestão escolar no cotidiano: desafios e reflexões. Campinas: Papirus, 2015.

BAUM, Susan M.; SHADER, Leanna; OWEN, Susan V. Educating Students With Both Gifts and Learning Disabilities. Teaching Exceptional Children, v. 49, n. 4, p. 236-245, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394/1996, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2022.

BUENO, José Geraldo Silveira. Inclusão e Aprendizagem: desafios para a escola. Campinas: Autores Associados, 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n.º 3.549, de 2024. Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Dupla Excepcionalidade. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=xxxx>.

Acesso em: 15 jul. 2025.

FONSECA, Vitor da. Da inteligência à superdotação/sobredotação: um guia para pais, educadores e psicólogos. Porto Alegre: Artmed, 2018.

HAKIM, Renata Conceição. Dupla excepcionalidade: contribuições teóricas e possibilidades de intervenção educativa. São Paulo: Memnon, 2020.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. Dupla Excepcionalidade. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/dupla-excepcionalidade/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.

MEDEIROS, Manoela Cavalcanti; PAVÃO, Simone Rousseau; NEGRINI, Lia Siqueira. Dupla excepcionalidade: desafios e possibilidades no contexto escolar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 150-165, 2019.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Operacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2022.

MIRANDA, Maria do Carmo da Silva. Políticas Públicas Educacionais e a Educação Inclusiva. In: CARVALHO, Rosita Edler de (Org.). Inclusão: o paradigma do século XXI. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 217-233.

OGEDA, Maria Augusta. Dupla Excepcionalidade: conceitos e práticas na educação inclusiva. Curitiba: Appris, 2021.

PASSOS, Ana Cristina. Dupla Excepcionalidade: estudo crítico sobre identificação e atendimento. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 26, n. 4, p. 629-648, 2020.

PEREIRA, Jéssica Danielly dos Santos; RANGNI, Regiane Aparecida. Dupla excepcionalidade: desafios e possibilidades educacionais. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 34, p. 1-20, 2021.

PISKE, Fernanda Hellen Ribeiro; COLLINS, Molly M. Dupla excepcionalidade: teorias e práticas inovadoras na educação especial. Curitiba: Appris, 2018.

REIS, Sally M.; BAUM, Susan M.; BURKE, E. An Operational Definition of Twice-Exceptional Learners: Implications and Applications. Gifted Child Quarterly, v. 58, n. 3, p. 217-230, 2014.

REZENDE, Cristiane. Desafios na inclusão de alunos com dupla excepcionalidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

RONKSLEY-PAVIA, Michelle. A Model of Twice-Exceptionality: Exploring the Role of Contextual Influences. Gifted Child Today, v. 38, n. 4, p. 224-234, 2015.